

A campanha *Diretas Já* e a transição brasileira

Vanderlei Elias Nery*

Resumo:

Este artigo tem por objetivo reconstituir e analisar a organização e o desenvolvimento da campanha *Diretas Já*, tomando por referência matérias de jornais, revistas e a obra de Domingos Leonelli e Dante de Oliveira *Diretas Já: 15 meses que abalaram a ditadura*.

Palavras-chave: Eleições diretas; transição política; democracia; poder político; relações de classes.

The *Diretas Já* campaign and the Brazilian transition

Abstract:

This article attempts to reconstruct and analyze the organization and development of the *Diretas Já* campaign based on newspaper and magazine articles and Domingos Leonelli and Dante de Oliveira's work *Diretas Já: 15 meses que abalaram a ditadura*.

Keywords: Direct elections; political transition; democracy; political power; class relations.

Organização e desenvolvimento da campanha *Diretas Já*

A campanha *Diretas Já* está ligada à apresentação da emenda constitucional Dante de Oliveira (PMDB-MT), tendo como ponto de partida o primeiro comício em Goiânia no dia 15 de junho de 1983, organizado com apoio do governo do estado de Goiás. Este comício foi noticiado na sessão opinião do jornal *Folha de S. Paulo*, criticando aqueles que falavam em ressuscitar o golpe militar e afirmando que a campanha enfrentaria dificuldades, mas seriam superadas “no seu próprio desenrolar, pela adesão da sociedade” (Sampaio, 1983: 2). O evento foi um balão de ensaio lançado pelo PMDB para aferir as possibilidades da campanha, mas a oposição burguesa hesitava em promover mobilizações a favor das eleições.

O periódico *Em Tempo*, de tendência do Partido dos Trabalhadores detectou essa hesitação dias antes do comício de Goiânia. Na matéria *As oposições burguesas fazem suas apostas* apontava o dilema das oposições burguesas que, sem

* Doutor em Ciências Sociais pela PUC-SP. Professor da Universidade Cruzeiro do Sul, São Paulo-SP, Brasil. End. eletrônico: vande64@gmail.com

força parlamentar para aprovar qualquer emenda que mudasse a constituição no sentido de promover eleições diretas para a sucessão de Figueiredo, temia que uma campanha que reunisse milhões de pessoas radicalizasse e fosse além da mudança de regime político (*Em Tempo*, 1983: 3).

Em agosto o Presidente da República anunciou que era contra a reeleição e as eleições diretas, posição também defendida por José Sarney, presidente do PDS, e por “oficiais gerais que servem em Brasília” (FSP, 1983: 5).

O mês de outubro marcou nova iniciativa do PMDB em relação à campanha *Diretas Já*. No encontro realizado em Foz do Iguaçu, os principais governadores do partido, Franco Montoro (São Paulo), Tancredo Neves (Minas Gerais) e José Richa (Paraná), e o Secretário de Finanças do Rio de Janeiro, Fernando Lopes, que representou Brizola, fecharam questão em relação à campanha por eleições diretas.

O relato de Domingos Leonelli e Dante de Oliveira resume o caráter que a campanha assumiria a partir dali. O apoio dos governadores ampliava enormemente a estrutura da mobilização popular. Sem este apoio, a campanha não contaria com os recursos materiais para estimular e respaldar o grande movimento de massas. (Leonelli & Oliveira, 2004: 266). A entrada dos governadores da oposição burguesa na campanha, com todos os recursos em *off*, possibilitou a organização dos gigantescos comícios que aconteceram em 1984 (Idem: 271).

Em 27 de novembro de 1983 foi realizado o comício de São Paulo, na praça Charles Miller. Foi um comício que o PT e a CUT organizaram praticamente sozinhos, pois o PMDB, que governava o estado, hesitava entre a mobilização e as negociações pelo alto. A realização desse comício demonstra as divisões de classe da organização da campanha *Diretas Já*. De um lado PT e CUT, que, liderando grandes greves, tinham uma ligação direta com a classe operária e com as classes populares, e adicionavam à campanha por eleições diretas elementos classistas, expressos por Jair Meneguelli, presidente da CUT, em seu discurso no comício:

[...] eleições diretas apenas não bastam. [...] não basta votar em homens, mas em programas que se comprometam com os anseios da classe trabalhadora, com a liberdade sindical, contra a Lei de Segurança Nacional, pelo direito de greve e pelo fim das intervenções em sindicatos livremente eleitos (FSP, 1983a: 4).

Por outro lado, havia a hesitação do PMDB por ser uma frente policlassista que aglutinava setores do grande e médio capital, das classes médias e até setores populares (Maciel, 2004).

No dia anterior ao comício, os governadores do PMDB produziram um manifesto em favor das eleições diretas, com o título: “A nação tem o direito de

ser ouvida”. Este manifesto diz muito sobre as boas intenções das lideranças peemedebistas e pedetistas. O retorno à democracia era a cura para todos os males nacionais, desde que capital e trabalho buscassem uma solução conjunta pelo bem da comunidade nacional.

O jornal *Em Tempo*, em outubro, já anunciava os acordos estabelecidos. Segundo o periódico, o encontro de Ulysses Guimarães e Tancredo Neves no mesmo mês levou o primeiro a aceitar a perspectiva de diálogo com Figueiredo, estabelecendo uma “composição dos setores que propugnam a realização de eleições diretas e do outro que propôs a articulação de uma candidatura de consenso” (*Em Tempo*, 1983c: 4). O jornal captou a essência da conjuntura naquele período.

Para o PMDB, tratava-se de negociar alguns pontos da política econômica, essencialmente renegociar a dívida externa, repartindo “os sacrifícios da crise mantendo no fundamental, os interesses do grande capital” (Idem: 4). O partido visava, também, “negociar a reforma do regime, o prazo e as condições da realização das eleições diretas, mantendo no fundamental as restrições à liberdade de organização dos trabalhadores” (Idem: 4).

Os meses de novembro e dezembro de 1983 foram marcados por adesões à tese das eleições diretas pelos mais variados setores da sociedade, destaque para a Associação Brasileira de Imprensa (ABI). No dia anterior ao comício (26), foi a vez de empresários brasileiros declararem apoio às diretas (FSP, 1983b: 4). O próprio Figueiredo, dias antes do comício, surpreendeu a todos, inclusive a seu partido, ao pronunciar-se a favor das eleições diretas para seu substituto. Em visita à Nigéria, após conversações com o presidente do país africano, Figueiredo concedeu entrevista coletiva aos jornalistas, afirmando: “Eu sou pela eleição direta. Acho que assim deve ser. Mas no momento não há possibilidade, pois meu partido não iria se conformar” (FSP, 1983c: 6). Depois da declaração do Presidente da República, muitos pedessistas tentaram capitalizar a seu favor a fala de Figueiredo; foi o caso de Moacir Dalla, presidente do Senado, afirmando ser favorável às “eleições diretas desde que se realize um plebiscito para que não haja o descumprimento de preceito legal. Afinal, votar no colégio eleitoral passou a ser prerrogativa daqueles que foram eleitos pelo povo” (FSP, 1983d: 7).

As manifestações de pedessistas, colocando-se como favoráveis às eleições diretas, tinham como objetivo não desgastar, ainda mais, a imagem do partido, tornando pública a posição da maioria do PDS contrária ao pleito direto. Mas o fato de a maioria do PDS estar contra as eleições diretas não esconde que o governo e o PDS tinham motivos para se preocuparem, pois alguns parlamentares do partido começavam a esboçar aproximação com a proposta de eleições diretas para a sucessão de Figueiredo. É o caso dos parlamentares que constituíram o

grupo pró-diretas dentro do PDS.

Outro movimento que alarmou os setores contrários às eleições diretas foi a participação do Ministro Leitão de Abreu em um jantar promovido pelo grupo pró-diretas do PDS. Essa iniciativa do Ministro pode ser vista, também, como uma manobra do governo para confundir as oposições. Enquanto isso o Deputado Paulo Salim Maluf (PDS-SP) e o ministro do interior Mário Andreazza disputavam, no PDS, a indicação para concorrer no colégio eleitoral.

As declarações de Figueiredo, o jantar de pedessistas pró-diretas e a declaração do líder do governo na Câmara, Nelson Marchezan, de que “se o Executivo enviasse um projeto ao Congresso restabelecendo as Diretas, ele seria aprovado” (Leonelli & Oliveira, 2004: 300) colocaram em movimento os apoiadores de Maluf e Andreazza para impedir o crescimento do movimento pró-diretas dentro do PDS. Malufistas e andreazzistas uniram-se e conseguiram que 186 parlamentares do PDS assinassem o manifesto contra as diretas produzido pelo Deputado Gerson Peres (*Veja*, 1983c: 42-43), o que inviabilizava a aprovação da emenda Dante de Oliveira. Os manifestos dos deputados e senadores surtiram efeito e uniram a maioria do PDS e o governo contra qualquer proposta que propusesse eleições diretas para presidente da República em 1985.

Membros ativos das classes dominantes também se manifestavam. O Presidente da Volkswagen do Brasil, Wolfgang Sauer, propôs ao governo realizar um plebiscito para averiguar se o desejo da maioria seria pela mudança constitucional ou não. Para ele “as regras não devem ser alteradas no meio do caminho, a não ser respaldadas por uma ampla consulta popular” (*FSP*, 1983e: 4). A mesma posição era também defendida por Pedro Eberhardt, presidente do Sindicato Nacional das Indústrias de Componentes para Veículos Automotores (Sindipeças). Em 1964 os capitalistas não titubearam ao defender o golpe militar, mesmo este significando uma “mudança das regras no meio do caminho”.

Já o presidente da FIESP, Luís Eulálio Bueno Vidigal Filho, propôs a implantação do Parlamentarismo em conjunto com as eleições diretas; para ele, essa seria “a melhor forma a longo prazo para superar a crise nacional” (Freitas, 1983: 8). Roberto Konder Bornhausen, presidente da Federação Brasileira das Associações de Bancos e da Federação Nacional dos Bancos, foi mais direto e defendeu eleições diretas para Presidente da República, “destacando, porém, que elas devem ocorrer como fruto de consenso entre os partidos políticos” (*FSP*, 1983f: 8). No mês de dezembro, dezoito governadores já haviam manifestado apoio à causa das diretas; entre eles oito eram do PDS (*FSP*, 1983g: 4).

A convenção nacional do PMDB realizada em 3 de dezembro deu o tom do que seria a campanha *Diretas Já* dali em diante. Ulysses Guimarães, que defendia a mobilização popular como meio de pressionar o Congresso Nacional em favor

da aprovação da emenda Dante de Oliveira, manteve-se na presidência do partido, mas “viu o poder escapar-lhe pelos dedos, agora que a executiva do PMDB tem maioria francamente favorável a Tancredo Neves” (Veja, 1983d: 38).

O mês de dezembro foi marcado pelo engajamento da *Folha de S. Paulo* na campanha *Diretas Já*. A direção do jornal, nomeou o jornalista Ricardo Kotscho para acompanhar os passos diários da campanha, como narra o repórter em seu livro *Explode um novo Brasil: diário da campanha das diretas. A Folha de S. Paulo*, que havia apoiado o golpe e a ditadura militar, participando ativamente em defesa da retomada da “ordem”, inclusive emprestando automóveis de sua propriedade para transporte clandestino de presos políticos para os temidos centros de tortura (Rocha, 2010: 12), tornava-se o veículo de comunicação mais engajado na luta por eleições diretas.

O ano de 1983 terminou com a oposição burguesa atônita com a declaração do Presidente da República João Batista de Figueiredo, que, em pronunciamento nacional em cadeia de rádio e televisão, no dia 29 de dezembro, afirmou seu compromisso com a eleição de seu sucessor via Colégio Eleitoral. As negociações pelo alto entre oposicionistas e o presidente pareciam perdidas. As declarações de Figueiredo, a resolução do PMDB e das várias entidades que compunham os comitês pró-diretas aceleraram os preparativos para as grandes manifestações de massa.

A festa vai começar: os comícios “monstros†”

O primeiro grande comício do ano de 1984 aconteceu em Curitiba no dia 12 de janeiro. A divulgação do comício contou com a distribuição de 2 milhões de panfletos lançados de avião sobre as cidades paranaenses, 500 mil volantes e 10 mil cartazes. A prefeitura de Curitiba disponibilizou 110 ônibus para transportar a população dos bairros periféricos da cidade. “Além disso, 15 inserções ‘comerciais’ de TV foram vinculadas na TV Iguaçu, do ex-governador Paulo Pimentel, pois a TV Globo recusou-se a transmitir as chamadas mesmo como matéria paga, conta o ex-governador Hélio Duque” (Leonelli & Oliveira, 2004: 343).

Vejam os que disse o principal personagem da oposição burguesa:

[...] Ulysses Guimarães, que encerrou o comício, atirou com todos os canhões: “Vamos tomar essa bastilha nojenta e repugnante que é o Colégio Eleitoral”. “O Colégio Eleitoral é um câncer que está apodrecendo a política e matando a Nação. O Colégio Eleitoral representa fome e desemprego” (Idem: 6).

† O termo “comícios monstros” foi bastante utilizado na época para denominar as gigantescas manifestações que aconteceram entre janeiro e abril de 1984.

A deputada federal Beth Mendes (PT-SP), representante do partido no palanque, não desafiou e seguiu no mesmo diapasão. Afirmou que “Aqui não há divisão de partidos. Nossos inimigos não são outros partidos de oposição: os inimigos estão no Palácio do Planalto. Então, vamos tirar eles de lá” (Idem: 6).

A Rede Globo de Televisão não noticiou o comício de Curitiba, assim como já havia feito ao longo do ano anterior: silêncio absoluto sobre as propostas e manifestações a respeito das eleições diretas para presidente da República em 1985.

O segundo grande comício pró-diretas aconteceu em São Paulo no dia 25 de janeiro, data do 430º aniversário da capital paulista. O governador Franco Montoro dedicou-se pessoalmente à realização do ato. Todos os detalhes foram pensados para que o comício de São Paulo fosse o maior e mais bem organizado; uma “festa cívica”, ordeira, como garantiu o Secretário de Segurança Pública do Estado, Miguel Reale Jr.

Quércia, Brizola, Ulysses, Montoro e Lula foram os principais oradores. Ulysses Guimarães, mais uma vez, utilizou as palavras proferidas em Curitiba, retomando a imagem da queda da bastilha. “Essa bastilha caiu hoje aqui em São Paulo, caiu o Colégio Eleitoral” (Idem: 5). Lula foi o mais ovacionado, que discursou utilizando dados econômicos e pedindo unidade. A unidade, naquele momento, significava não vaiar o último orador, o “dono da festa”, Franco Montoro. Para evitar as vaias, o petista afirmou: “Se alguém tiver que ser vaiado que seja eu. Vamos trabalhar de forma unitária. Só assim vamos poder dizer: o povo, na praça, conquistou as eleições diretas para a Presidência da República” (Idem: 5). O governador de São Paulo foi aplaudido e afirmou: “Me perguntaram se aqui estão 300 ou 400 mil pessoas. Mas a resposta é outra: aqui estão presentes as esperanças de 130 milhões de brasileiros... O povo está dizendo: não sou coisa, não sou objeto, não sou ficha, não sou número. Sou gente e quero eleger o presidente” (Idem: 5). A principal palavra de ordem puxada, várias vezes, por Osmar Santos e repetida pela multidão foi: “Um, dois, três / quatro, cinco, mil / Queremos eleger o presidente do Brasil”. O comício foi encerrado ao coro do Hino Nacional, puxado pelo cantor e compositor Jards Macalé.

A mídia burguesa não deu nenhum destaque ao discurso de Paulo Azevedo, representante da CUT, que destacou a firmeza da central em defesa das eleições diretas e afirmou a necessidade de independência dos trabalhadores, “[...] sob pena de vermos diluídas nossas aspirações de classe. A organização dos trabalhadores independente do estado, dos partidos políticos, da igreja é fundamental para nossa luta. É neste sentido que em agosto de [19]83 foi fundada a CUT” (*Em Tempo*, 1984: 3). Assim foi também com o discurso de Lula. A mídia burguesa destacou, no discurso do presidente do PT, o trecho no qual ele propôs a

unidade dos partidos políticos para alcançar as diretas. Entretanto Lula “ligou a luta pelas eleições diretas à luta contra a fome, pela reforma agrária, pela liberdade sindical e pelo rompimento com o FMI” e propôs a “organização da campanha ‘nas fábricas, nas escolas, nas ruas’, como condição para conquistar as eleições diretas” (*Em Tempo*, 1984a: 8). Proposta que, para nós, se efetivada, permitiria ao PT e à CUT disputar a direção da campanha com a oposição burguesa.

O comício de São Paulo apresentou uma novidade: pela primeira vez a Rede Globo de Televisão cobria um ato público pró-diretas. A poderosa emissora anunciou no *Jornal Nacional*, ao vivo, que São Paulo festejava seu 430º com uma grande festa cívica na Praça da Sé. Nenhuma palavra sobre as eleições diretas. Foi a maneira que o principal veículo de comunicação do país encontrou para não sonegar, por completo, as informações que a maioria do público já tinha sobre o que vinha acontecendo, e, ao mesmo tempo, não desagradar os militares.

“Para felicidade geral” dos capitalistas e de seus representantes, mais uma vez, tudo correu na mais perfeita “ordem”. Ulysses Guimarães, talvez empolgado com as trezentas mil pessoas presentes no comício de São Paulo, lançou a proposta da realização de uma marcha sobre Brasília no dia da votação da emenda Dante de Oliveira. A reação do governo federal chegou através do Porta-voz do Palácio do Planalto, Carlos Átila, o qual sugeriu a decretação de um estado de emergência na capital brasileira para impedir tal marcha. Ulysses respondeu ao governo com a seguinte frase: “Vamos fazer a marcha de qualquer jeito, e se quiserem nos prender que nos prendam, a começar pelo presidente nacional do partido” (*Veja*, 1984: 28).

Não demorou muito para Ulysses Guimarães voltar atrás em relação à marcha sobre Brasília. Em reunião da executiva nacional do PMDB, realizada em 17 de fevereiro, articulada por Tancredo Neves, ficou decidida a realização de um ato público na capital federal uma semana antes da votação da emenda Dante de Oliveira (*Veja*, 1984a: 18-21). A posição conciliatória ia se firmando cada vez mais entre os organizadores da campanha, que nem mesmo, organizaram o ato público prometido. Tudo foi feito para que não se afrontassem as instituições (Estado) e os militares.

A próxima parada dos comícios monstros foi em Belo Horizonte, capital do estado de Minas Gerais, em 24 de fevereiro. O comitê nacional suprapartidário pró-diretas, no dia anterior ao comício, informou que sete governadores de estado estariam presentes ao ato público. O comitê anunciou, também, o apoio de “Representantes expressivos da classe empresarial mineira que apoiam a campanha por eleições diretas” (Idem: 6). Apesar de ter dito que não se envolveria na organização do ato público, Tancredo Neves cuidou dos mínimos detalhes para que a “festa” fosse o maior sucesso. O governador de Minas Gerais não

descuidou nem das faixas vermelhas, que tanto aterrorizavam os militares, nem, muito menos, das falas dos oradores escolhidos pelos partidos e entidades para se pronunciarem no comício. Como informa Ricardo Kotscho (1984: 4), só havia uma única bandeira do PCdoB no comício. Segundo Domingos Leonelli e Dante de Oliveira, fruto de um acordo entre Tancredo Neves e “o partido clandestino, através do qual seu líder, João Amazonas, teria um lugar no palanque, seria condescendentemente tratado, mas não faria discurso” (Leonelli & Oliveira, 2004: 418).

No lugar do vermelho, o ato foi colorido pelo amarelo, mais uma demonstração de quão ordeira era a campanha Diretas Já. As bandeiras vermelhas eram apenas “dos partidos legalizados e registrados em cartório: PMDB, PDT e PT. [...] Ah! sim, há algumas bandeiras do MR-8, mas todas verde-amarelas (Kotscho, 1984: 4).

Além de representantes políticos, vários outros do meio artístico estiveram presentes ao comício. Nada de “revanchismo” ou ataques ao governo e aos militares; a transição da ditadura militar para a democracia burguesa deveria ser uma união de todos pelo bem da nação. Novamente o comício foi encerrado com os presentes cantando “o Hino Nacional, enquanto todos no palanque se davam as mãos, gesto simbólico mais marcante da campanha” (Leonelli & Oliveira, 2004: 42).

No dia 10 de abril aconteceu o comício do Rio de Janeiro. O governador utilizou uma rede local de rádio e televisão para divulgação do ato público (*FSP*, 1984c: 4). Assim como nos demais comícios foram distribuídos milhões de panfletos, muitos cartazes, *outdoors*. A partir de um acordo firmado entre o governador do Rio de Janeiro e as empresas particulares de ônibus, o transporte público foi gratuito no dia do comício. O governador do Rio de Janeiro foi bastante cuidadoso na preparação do ato público (Leonelli & Oliveira, 2004: 483-484). Ele acompanhou a preparação do comício, inclusive ordenando a retirada de uma faixa propondo greve geral para o dia da votação da emenda Dante de Oliveira, pois era contrário a esta proposta por entender que seria uma provocação desnecessária aos militares.

O comício teve vários oradores, entre eles Heráclito Fontoura Sobral Pinto, advogado, católico fervoroso, que durante o Estado Novo (1937-1945) defendeu Luís Carlos Prestes, mas participou da “Marcha da Família com Deus pela Liberdade, que celebrava a queda de João Goulart” (*Veja*, 1984b: 22-31), e, no ato público falou em defesa das eleições diretas. A presença de Sobral Pinto neste ato público das diretas ilustra bem a direção impressa à campanha pela oposição burguesa. Aquele que havia participado da marcha contra o comunismo podia, agora, discursar em favor do pleito direto. O perigo vermelho estava afastado da campanha e todos que apoiassem a causa das diretas seriam bem vindos.

Miguel Arraes, ex-governador de Pernambuco e deputado federal (PMDB-PE) à época da campanha, também foi destacado pela imprensa. Em seu discurso afirmou que: “o povo brasileiro, pela primeira vez depois da campanha do petróleo, vem à praça em defesa de uma tese cívica que há de ser encampada dia 25 pelo Congresso Nacional” (FSP, 1984d: 5). Brizola e Arraes demonstraram que os militares não tinham motivos para se preocuparem, pois o primeiro fundou o PDT e o segundo entrou para o PMDB, ambos partidos da oposição burguesa, que esmeraram-se em não assustar os militares e os capitalistas, mantendo a campanha *Diretas Já* dentro dos limites da ordem burguesa.

Mais uma vez o comício agradou o governo. Aconteceu apenas um pequeno “incidente”.

o Alicerce da Juventude Socialista (movimento político de esquerda radical) havia estendido uma imensa faixa em frente ao palanque, propondo greve geral para o dia da votação da emenda Dante de Oliveira. O governador Leonel Brizola pediu três vezes que o grupo a retirasse; na quarta vez, a PM interveio, arrancando a faixa. Os policiais foram agredidos, manifestantes de outras alas os defenderam e, aproveitando a oportunidade, rasgaram a faixa; e tudo terminou por aí (FSP, 1984f: 1).

A oposição burguesa, que vinha lutando pelo fim da censura e pelo restabelecimento da liberdade de expressão, dava mostras de que essas liberdades deveriam submeter-se à regra do jogo democrático burguês brasileiro e deixava claro: nada que pudesse afetar o rumo “pacífico e ordeiro” da transição brasileira seria tolerado.

A próxima parada dos comícios monstros seria na cidade de São Paulo. Este era muito aguardado, pois, depois de Belo Horizonte e Rio Janeiro, os organizadores da campanha *Diretas Já* sentiam que a manifestação de São Paulo seria ainda maior e que a grandeza do comício podia alterar a correlação de forças dentro do Congresso Nacional. Fernando Henrique Cardoso já havia anunciado essa mudança na correlação de forças a partir do comício do Rio de Janeiro. Para o sociólogo e senador, a campanha *Diretas Já* transformara-se na ação “de um povo que força as elites a um comportamento mais responsável” (Cardoso, 1984: 2). O senador especulava, pois não tinha certeza de que os parlamentares pedessistas pró-diretas votariam a favor da emenda Dante de Oliveira. Os deputados e senadores do Grupo Pró-Diretas eram pressionados pelas lideranças do partido e pelo governo para votarem contra a emenda que restabelecia eleições diretas para 15 de novembro de 1984. Também porque esse grupo havia formulado e entregue uma proposta própria de emenda constitucional para o presidente do PDS, senador José Sarney. O governo tinha razões para se preocupar, pois, se as especulações fossem confirmadas, a oposição estaria muito próxima de alcançar

o quórum necessário para aprovar a emenda Dante de Oliveira. Vem daí a estratégia do governo de enviar sua proposta de emenda constitucional propondo eleições diretas para 1988, numa clara tentativa de atrair os dissidentes ou, no mínimo, rachar o Grupo Pró-Diretas.

A organização do comício de São Paulo, realizado em 16 de abril de 1984, seguiu o mesmo ritual das grandes manifestações anteriores. A preparação do comício começou muito antes do dia 16. No dia 22 de março, o Comitê Estadual Pró-Diretas definiu a estratégia de convocação para o ato público. Ficou definida a confecção de “Cartazes, painéis, adesivos, faixas e outras formas de propaganda” (FSP, 1984g: 5). Às 19h45 o locutor oficial das diretas, Osmar Santos, dava início ao comício. Segundo a *Folha*, foram muitos momentos emocionantes: a chegada ao palco de um boneco gigante do senador Teotônio Vilela (PMDB-GO), ao som da música o *Menestrel das Alagoas*; Fafá de Belém soltando uma pomba branca; a Orquestra Sinfônica de Campinas tocando a Quinta Sinfonia de Beethoven, entre outros.

Uma bela ilustração do que vimos argumentando até agora em relação à forma como foi conduzida a campanha é a cantoria dos professores da rede estadual de São Paulo, os quais estavam em greve, mas abriram mão de protestar contra o governador Franco Montoro, em nome das diretas. Os docentes adaptaram as músicas que vinham cantando nas suas assembleias e passeatas.

Os principais organizadores do ato público ficaram muito satisfeitos com o resultado da manifestação. Segundo José Dirceu, do PT, Mauro Motoryn, do PMDB, Maria Helena Gregori, do PMDB, Jairo Moura, do PDT e o Secretário da Cultura do Estado, Jorge Cunha Lima, não aconteceu nenhum incidente que atrapalhasse a manifestação, “a estimativa do comitê era de que 1,5 milhão a 2 milhões de pessoas tinham participado do ato.” (FSP, 1984i: 8).

Como nos demais comícios, o ato público foi encerrado sob o canto do Hino Nacional Brasileiro. Com uma novidade. A multidão de mais de um milhão de pessoas cantou, seguindo a Orquestra Sinfônica de Campinas, sob a regência do maestro Benito Juarez. Os discursos e as entrevistas concedidas posteriormente davam como certa a aprovação da emenda Dante de Oliveira pelo Congresso Nacional no dia 25 de abril.

O governo reagiu à crescente mobilização popular, acenando “para um entendimento, a ser feito de forma muito ampla”. Pressionando “às oposições [a] descer do palanque e ir conversar no Congresso Nacional, onde as decisões serão adotadas” (FSP: 1984j: 11). Por meio dos parlamentares do PDS, o governo explorava as contradições das oposições e tentava canalizar a negociação para o Congresso Nacional, dando uma alternativa para os setores oposicionistas mais propensos à negociação, assim como para o Grupo Pró-Diretas pedessista.

Figueiredo passou a pressionar pessoalmente os parlamentares pedessistas para convencê-los a votarem contra a emenda Dante de Oliveira. “Na terça-feira [17 abril], interrompendo um longo jejum de audiências públicas do gênero, o presidente começou a receber no Palácio do Planalto parlamentares do PDS, para pedir-lhes apoio à sua emenda” (*Veja*, 1984c: 24).

No dia 18 de abril, Figueiredo, utilizando-se do mecanismo constitucional, decretou a adoção das medidas de emergência, para vigorarem em Brasília e mais dez municípios de Goiás pelo prazo de 60 dias. O General Newton Cruz foi designado como executor das medidas, que proibiram reuniões públicas, suspenderam a liberdade de reunião e associação, permitiram intervenção em sindicatos e entidades de classe e a busca e apreensão em domicílio, e autorizaram a censura prévia às emissoras de rádio e televisão, proibindo a transmissão ao vivo das votações no Congresso Nacional, entre outras.

Considerações Finais

Os comícios tiveram a mesma forma de organização: os governos providenciando as condições materiais; liberando o transporte público; os oradores, quase sempre os mesmos, afinavam os discursos contra o Colégio Eleitoral e a favor da aprovação da emenda Dante de Oliveira. Qualquer manifestação que tocasse em questões de interesse popular era simplesmente ignorada. A greve geral foi proposta, porém logo esvaziada.

A oposição burguesa se indignou com a decretação das medidas de emergência, imposta pelo governo, para impedir manifestações em Brasília no dia da votação da emenda Dante de Oliveira. O futuro presidente da República afirmou: “Lamento profundamente a adoção das emergências” (*FSP*, 1984k: 18). Para Tancredo Neves, como não havia calamidade pública ou perturbação da ordem, as medidas de emergência eram inconstitucionais.

As principais lideranças do PMDB davam a entender que o Brasil já vivia sob o regime democrático, pois Fernando Henrique Cardoso exigia a volta da “normalidade democrática” (*FSP*, 1984l, p. 20), enquanto Ulysses Guimarães, sobre a adoção de medidas de emergência, declarava que “O que se verificou foi um ato brutal, característico de uma ditadura” (*Veja*, 1984c: 24-29).

Por que o espanto? O Brasil, em 1984, vivia sob o regime ditatorial e o governo utilizou os instrumentos políticos, ideológicos e repressivos que estavam à sua disposição.

No dia 25 de abril de 1984, a partir das nove horas da manhã, teve início a sessão conjunta do Congresso Nacional que votou a emenda Dante de Oliveira. A sessão durou dezoito horas, terminando às três horas da manhã do dia 26 de

abril. Foram muitos pronunciamentos, provocações e aplausos. Mas, ao término da votação, a emenda que tinha levado às ruas cerca de cinco milhões de pessoas foi rejeitada: “298 deputados – 55 dos quais pertencentes ao PDS – haviam dito sim às diretas já, 65 disseram não, outros 113 não compareceram e três se abstiveram” (Veja, 1984d: 26-31). Eram necessários 320 votos a favor para a aprovação pelos deputados; faltaram 22.

A campanha *Diretas Já* terminou como começou, de forma ordeira. Enquanto os parlamentares discursavam antes do início da votação, em frente ao prédio do Congresso Nacional, estudantes faziam discursos; “nos jardins laterais outros manifestantes formavam palavras de ordem – como *diretas já e liberdade* – com seus próprios corpos” (Ibidem: 26-31).

Quando o senador Moacyr Dalla (PDS-ES), presidente do Congresso Nacional, deu por encerrada a sessão e anunciou o resultado, as esperanças nas galerias, que estavam lotadas, viraram lágrimas e os presentes, de mãos dadas, cantaram o Hino Nacional, assim como fizeram os milhões de brasileiros que lotaram as manifestações pró-diretas. A oposição burguesa, devido aos seus compromissos de classe, escolheu o caminho da ordem e dirigiu as expectativas da maioria dos brasileiros para o Congresso Nacional, tomando todos os cuidados para que a campanha não perdesse o rumo e não passasse a questionar as estruturas da sociedade brasileira. Mas o PMDB, ao final, saiu vitorioso, pois elegeu Tancredo Neves à Presidência da República. Perderam os milhões de trabalhadores brasileiros, que viram a continuidade da exploração, dos políticos que estiveram ao lado da ditadura militar durante 21 anos, dos militares que continuaram a exercer forte influência nos governos posteriores, da tortura, que, a partir do fim da ditadura, se tornaria ainda mais corriqueira nas delegacias de polícia e cadeias deste país. Enfim, mudou o regime político, mas as estruturas ficaram praticamente intocadas.

Bibliografia

BRICKMAN, Carlos (1984). *Comício pelas diretas reúne 50 mil em Curitiba*. Folha de S. Paulo, São Paulo, 13 jan. p. 6.

CARDOSO, Fernando Henrique (1984). *Diretas Já*. Folha de S. Paulo, São Paulo, 10 abr. p. 2.

EM TEMPO (1983). *Editorial*. São Paulo, 2 a 15 jun, p. 2.

_____ (1983a). *As oposições burguesas fazem as apostas*. São Paulo, 2 a 15 jun, p. 3.

_____ (1983b). *Começa a mobilização popular pelas diretas*. São Paulo, 1º a 15 dez, p. 3.

- _____ (1983c). *A conspiração contra o povo*. São Paulo, 20 out a 2 nov, p. 4.
- _____ (1984). Fala a CUT. São Paulo, 26 jan a 8 fev, p. 3.
- _____ (1984a). *Em São Paulo, o comício inesquecível*. São Paulo, 26 jan a 8 fev, p. 8-9.
- FOLHA DE S. PAULO (1983). *Documento critica casuísmos*. São Paulo, 15 abr, p. 5.
- _____ (1983a). *Ato pelas diretas leva 15 mil à Praça Charles Miller*. São Paulo, 28 nov, p. 4.
- _____ (1983b). *“Diniz conclama formadores de opinião a se engajarem também”*. São Paulo, 26 nov, p. 4.
- _____ (1983c). *Figueiredo quer diretas mas diz que PDS não aceita*. São Paulo, 17 nov, p. 6.
- _____ (1983d). *Dalla sugere plebiscito sobre volta das diretas*. São Paulo, 17 de nov, p. 7.
- _____ (1983e). *Sauer propõe plebiscito para definir eleição*. São Paulo, 7 dez, p. 4.
- _____ (1983f). *Banqueiro defende consenso partidário*. São Paulo, 8 dez, p. 8.
- _____ (1983g). *Agora já são 18 governadores a favor das eleições diretas*. São Paulo, 7 dez, p. 4.
- _____ (1984). *Comício em Curitiba será um grande sucesso, garante Richa*. São Paulo, 11 jan, p. 4.
- _____ (1984a). *PF e Exército tranqüilos com o comício, afirma Reale Jr*. São Paulo, 21 jan, p. 21.
- _____ (1984b). *Bandeira é hasteada, começa o ato público*. São Paulo. 25 fev, p. 4.
- _____ (1984c). *Brizola usará rádio e TV para convocar ao comício*. São Paulo, 4 abr, p. 4.
- _____ (1984d). *Diretas são a única saída para a dignidade nacional, diz Tancredo*. São Paulo, 11 abr, p. 5.
- _____ (1984e). *Tranquilidade no comício deixa Aureliano satisfeito*. São Paulo, 11 abr, p. 7.
- _____ (1984f). *No Rio, mais de 1 milhão pelas diretas*. São Paulo, 11 abr, p. 1.

- _____ (1984g). *Começa a convocação para o novo ato em São Paulo*. São Paulo, 22 mar, p. 5.
- _____ (1984h). *Professores cantam agora pela eleição*. São Paulo, 17 abr, p. 10.
- _____ (1984i). *São Paulo deve parar amanhã para exigir diretas já*. São Paulo, 15 abr, p. 5.
- _____ (1984j). *Oposições devem agora conversar no Congresso*. São Paulo, 17 abr, p. 11.
- _____ (1984k). *Lamento profundamente a adoção das emergências*. São Paulo, 20 abr, p. 18.
- _____ (1984l). *Partido exigirá volta de normalidade, diz Fernando Henrique*. São Paulo, 20 abr, p. 5.
- FREITAS, Galeno (1983). Vidigal que parlamentarismo e diretas. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 8 dez. p. 8.
- KOTSCHO, Ricardo (1984). Minas sai às ruas para exigir eleições diretas. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 25 fev. p.4.
- LEONELLI, Domingos & OLIVEIRA, Dante de (2004). *Diretas já: 15 meses que abalaram a ditadura*. Rio de Janeiro: Record.
- MACIEL, David (2004). *A argamassa da ordem: da ditadura militar à Nova República*. São Paulo: Xamã.
- ROCHA, Amanda Carla Araújo et al. (2010). O caso ditabranda: desserviço e desinformação no jornalismo brasileiro. *Revista Cambiassu on line*. ano XIX, n. 7. São Luís, UFMA, jan/dez. Disponível em: http://www.cambiassu.ufma.br/cambi_2011/ditabranda.pdf, acesso em: 25/01/2012.
- SAMPAIO, Marcondes (1983). A crise e as diretas. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 16 jun. p. 2.
- VEJA (1984). *Rumo à capital. Oposição quer marchar sobre Brasília*. São Paulo: Abril, n. 805, 8 fev, p. 28.
- _____ (1984a). *As armas da indireta*. São Paulo: Abril, n. 807, 22 fev, p. 18-21.
- _____ (1984b). *O grito da Candelária. No Rio, a maior manifestação da História do Brasil*. São Paulo: Abril, n. 815, 18 abr.
- _____ (1984c). *O governo reage. O presidente afinal foi à luta*. São Paulo: Abril, n. 816, 25 abr, p. 24-29.
- _____ (1984d). *Um sonho adiado. O Congresso rejeita a emenda das diretas já*. São Paulo: Abril, n. 817, 2 maio, p. 26-31.